

## VÁRIA

---

### Medida da inclinação da sínfise mandibular dos Antropóides

A aplicação das instruções craniométricas do Congresso Antropológico de Mônaco às observações a fazer em crânios de Antropóides, apresenta, por vezes, dificuldades.

Se, por um lado, as mensurações devem reproduzir a morfologia da região estudada, por outro lado, em morfologia dos primatas, pretende-se que essas mensurações nos forneçam termos de comparação com a morfologia do crânio humano.

Ora há momentos em que é impossível seguir à risca aquelas convenções craniométricas internacionais, como, por exemplo, quando se pretende medir um crânio de antropóide com cristas muito desenvolvidas.

Neste caso, julgamos que o melhor método a seguir é fazer as mensurações em duplicado: uma em que se tente aplicar, automaticamente, as instruções adoptadas, e outra, escolhida de tal modo que dê uma representação mais satisfatória do conjunto essencial da região a estudar, sem, contudo, diferir muito da anterior.

Já assim procederam Frassetto, Openheim, Barras d'Aragon para algumas medidas, ao fazerem a tentativa de adaptar as convenções do Congresso de Mônaco ao estudo métrico de crânios de gorilas. Em todo o caso, êstes autores deixaram algumas lacunas, não só no estudo do crânio cerebral, como no da face e da mandíbula.

Neste último osso, o facto da sínfise se apresentar fugidia impede a construção do ângulo sinfisiano e, por conseguinte, a medida dêsse ângulo que nos dá o grau de inclinação da sínfise.

Um dos lados do ângulo sinfisiano no homem é definido por dois pontos: o infradental e o progónio. Ora sendo êste último o ponto mais saliente do queixo, desaparece quando o mento se apaga e as sínfises são fugidias.

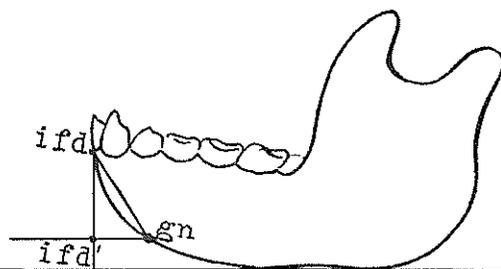
E, assim, as medidas do ângulo sinfisiano feitas em mandíbulas de antropóides, pretendendo-se seguir as instruções dadas na craniometria humana, não podem ser precisas nem rigorosas e só por acaso conduzirão ao mesmo resultado, até quando repetidas pelo mesmo observador.

É que o contôrno do perfil da sínfise das mandíbulas dos Antropóides forma uma curva em que o ponto mais anterior é o infradental, não sendo possível, portanto, obter dois pontos dêsse contôrno comuns a uma recta que lhes seja também tangente.

Não sendo possível a marcação do progónio, também não se pode avaliar o comprimento da mandíbula, de tal maneira que não difira muito do obtido segundo as convenções internacionais.

Ora não só o comprimento da mandíbula, como a inclinação da sínfise, são caracteres assaz importantes para serem desprezados e parece-nos que vale a pena ajustar a técnica geralmente adoptada na avaliação dêsstes caracteres, embora seja necessário modificá-la um pouco.

Tratámos, para êsse fim, de procurar, tanto quanto possível,



estabelecer a correspondência, no ponto de vista da reprodução paralela dêsstes caracteres fundamentais no Antropóide, entre os pontos de referência adoptados nas convenções

mencionadas e os pontos da mandíbula antropoideica, susceptíveis, a nosso ver, de utilização no objectivo a atingir.

Nestas condições, o comprimento da mandíbula ficará assim determinado: valor da projecção, sôbre o plano do bôrdo inferior da mandíbula, da distância entre o ponto mais anterior da sínfise e o ponto médio do segmento da recta que une os ângulos da mandíbula. E a altura sinfisiana transforma-se na altura entre o plano que passa pelo gnácio e é paralelo ao do bôrdo inferior, e o infradental (V. figura).

A esta distância daremos a designação de altura do infradental. Deve também ser medida a distância do infradental ao gnácio, pois que a relação entre a altura do infradental e esta última medida exprime o co-seno do ângulo  $\varphi$  (vértice em *ifa*) que define bem até que ponto a sínfise é fugidia.

Será êste ângulo  $\varphi$  ou, como é óbvio, o seu complemento, (vértice em *gn*) a medida da inclinação da sínfise em mandíbulas sem mento ou fugidias, como nos Antropóides.

Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto. 1945.

ALFREDO ATHAYDE.

### Achados paleolíticos no cemitério da Foz-do-Douro

Últimamente e em diversos locais da cidade do Pôrto, têm-se recolhido instrumentos líticos que permitem esclarecer dúvidas àcêrca da permanência do homem nestes locais, e bem assim, quer pela sua posição estratigráfica, quer pela técnica de fabrico, sôbre o estabelecimento duma relativa cronologia.

Nesta notícia regista-se a recolha de instrumentos em local onde tal facto se não verificara ainda.

No dia 18 de Junho de 1943 pelas 18 horas tive, como preito de amizade, de acompanhar à última morada, no cemitério paroquial da Foz-do-Douro, os restos de pessoa das minhas relações.

O enterramento fêz-se em terreno ainda virgem e há poucos anos anexado para alargamento do cemitério. Tal terreno é cascalhento, com os calhaus bastante rolados e fortemente corados de amarelo.

Esta formação sedimentar encontra-se situada entre as cotas 30-35 metros (fig. 1), parecendo corresponder, quanto à sua origem, às praias tirrenienses das imediações do Castelo do Queijo.

Quando da abertura do coval apareceram, a mais de um metro de profundidade, de envolta com muitos outros seixos, os três instrumentos que as gravuras documentam.

Não estão rolados pelo mar subsequente, mas sim polidos pelo vento, sobretudo um em que é nítido a continuada acção eólica. São trabalhados em seixos algo volumosos, apresentando a quartzite que os constitui côres diversas.

Um dêles, talvez um raspador, é feito de grossa e pesada lasca, extraída a um grande gôdo (fig. 2), ou então último resultado de forte lascado no sentido do maior comprimento, originando um longo gume que posteriormente foi retocado miudamente.

Aparece também um instrumento ligeiramente biface (fig. 3), de gume talhado quadrangularmente e produzido pela extracção de duas lascas no anverso e uma outra sômente no reverso. Êsse instrumento apresenta também pequeno retoque, parecendo de técnica tayaciana.

Tal objecto que está defeituoso, mercê duma pancada de picareta, é feito dum seixo pouco espêsso, de quartzite cinzenta-clara.

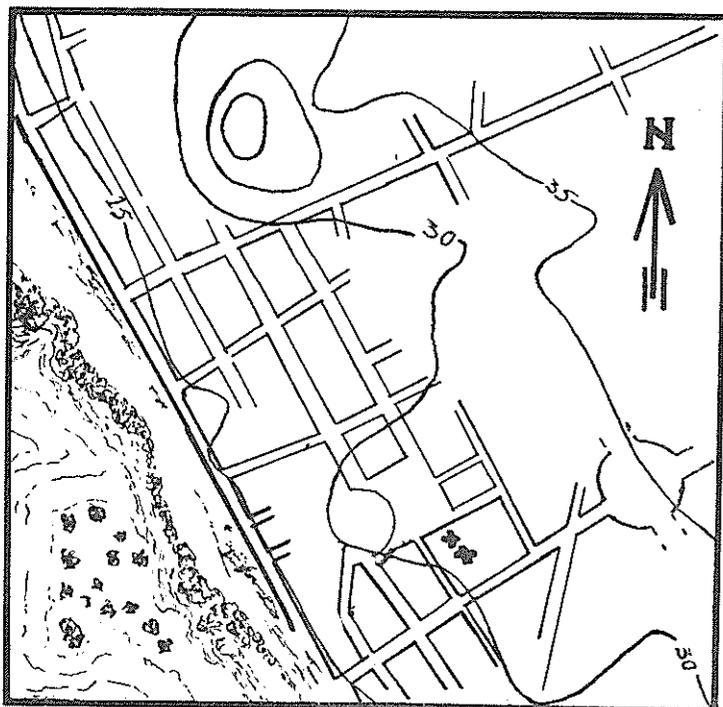


Fig. 1 — (Os sinais cruciformes indicam o local do achado).

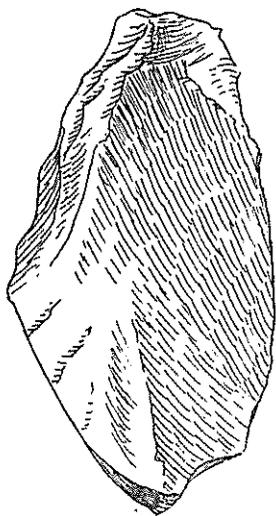


Fig. 2

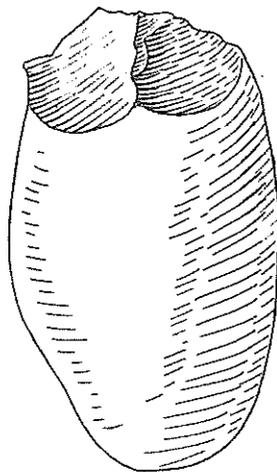


Fig. 3

Finalmente o outro instrumento (fig. 4), perfeitamente patinado e gasto pelo vento, é talhado numa só superfície do gôdo, a grandes lascas, apresentando parencas com a técnica dos instrumentos que foram recolhidos nas Areias Altas, junto do Castelo do Queijo e igualmente como estes tem pátina uniforme e de côr amelada.

Considerando-os como pertencentes a um nível *Acheulense* não deixo porém de fazer ressaltar a sua fácies lusitanense, indústria que aproveitando uma evolução, talvez ocasional, redundaria mais tardiamente na técnica languedocense.

São pois estes instrumentos, mais um possível elemento que permitirá estabelecer dentro dum futuro próximo, a história da permanência do homem primitivo na região do Pôrto.

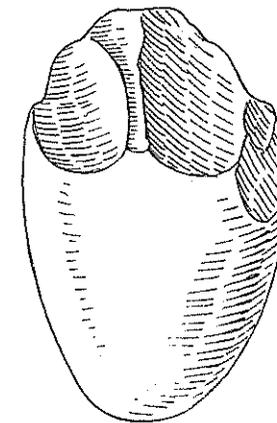


Fig. 4

Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto  
Fevereiro de 1945

RUSSELL CORTEZ.

### Minas romanas na Serra de Lousã

Dos povos que tiveram o domínio do ocidente peninsular, foram, sem sombra de dúvida, os Romanos aquêles que melhor e mais largamente souberam aproveitar as riquezas mineiras do subsolo.

Por tôda a parte se encontram ainda hoje vestígios impressionantes dêsse afanoso labor. Poços, galerias, escombrelas, utensílios diversos usados na exploração mineira, restos cerâmicos, etc., que em grande número são conhecidos nesta região, atestam eloqüentemente a extensão das explorações.

No território português a norte do Tejo foi especialmente a pesquisa do ouro que preocupou os dominadores romanos.

As regiões auríferas foram cuidadosa e metódicamente trabalhadas, os filões esvaziados do seu conteúdo e as aluviões dos rios lavadas com perícia, em busca do nobre metal que, no dizer dos escritores, tão abundante era na Península.

Os *fojos* da serra de Valongo são impressionantes vestígios das explorações auríferas romanas; as enormes escombrelas e as extensas e profundas escavações que se podem contemplar em Três-Minas (Vila-Pouca-de-Aguiar) testemunham um trabalho formidável e verdadeiramente espantoso. Os filões de Campo de-Jales, na mesma região, hoje de novo em exploração, foram trabalhados pelos Romanos até grande profundidade <sup>(1)</sup>. No distrito de Bragança, em Chaves, nas proximidades de Braga, nos distritos de Viseu, Castelo-Branco, etc., são inúmeros os vestígios da actividade mineira dos conquistadores romanos, demonstrando trabalho e conhecimentos que ainda hoje nos deixam atónitos.

\*

\* \*

Em recentes trabalhos mineiros realizados pela «Sociedade das Minas da Serra de Lousã, L.<sup>da</sup>» na referida serra foram postos a descoberto fartos vestígios da exploração romana, cujo conhecimento devo à amabilidade do Eng.<sup>o</sup> Alberto Cerveira.

Com efeito, nos trabalhos das minas da Escádia-Grande, situadas nos limites da freguesia de Silbaredes, concelho de Góis e distrito de Coimbra, descobriram-se galerias e desmontes antigos de um filão contendo sulfuretos arsenoargentíferos, tendo aparecido diferentes objectos, entre os quais figuram algumas lucernas. Estas encontravam-se em nichos, nos hastiais das galerias, abertos 1<sup>m</sup>,20 acima do solo e distanciados cêrca de 2<sup>m</sup> uns dos outros. Como objectos de madeira apareceram uma celha partida e cosida com couro, uma espécie de pá ou colher, etc.

(1) Conservam-se no escritório da mina diversos objectos encontrados nos poços e galerias romanas: martelos de mineiro, madeira de entivação (de carvalho), um cilindro de madeira que deve ter pertencido a um sarilho, bocados de couro, lucernas, fragmentos de vasos, bolos de metal, etc. Há, também, um machado de bronze de duplo anel, de tipo comum, encontrado numa das galerias.

Tive à mão, para estudo, três das lucernas acima referidas, cuja descrição constitui o assunto principal desta sumária notícia.

Só uma delas se apresenta intacta, estando as duas restantes mais ou menos fracturadas.



Fig. 1

São tôdas desprovidas de asa e apresentam interessantes motivos ornamentais.

A que está intacta é do tipo das lucernas com bico em ângulo obtuso e com duas volutas laterais (fig. 1). Ostenta sôbre o disco a figura alada da *Vitória*. O bico, coberto ainda de resíduos carbonosos, indica utilização. Não mostra qualquer marca ou sinal de fabricante.

Do mesmo tipo devia ser uma outra das lucernas citadas,

a que falta parte do bico, embora se reconheçam as volutas (fig. 2). É, porém, ao contrário da primeira, de fabrico rude, de barro avermelhado, notando-se as marcas dos dedos do oleiro. Sobre o disco vê-se a figura de um javali, com a cauda enrolada e em atitude de corrida. No fundo possui uma marca ilegível [LHO?].



Fig. 2

O bico é reduzido e em forma de coração. O margo é ornamentado com motivos geométricos e na parte periférica do disco nota-se um friso constituído por quatro animais, talvez galgos, em corrida. Não parece ter tido utilização.

Trata-se, como se verifica, de lucernas da época cristã, entrando perfeitamente dentro dos tipos da classificação de Walters («Catalogue of the Greek and Roman Lamps in the British Museum»).

\*  
\* \*

Os presentes achados constituem, pois, mais um elemento para o conhecimento da

A última das lucernas a que estou a referir-me, fracturada na região central, é de tipo diferente do das anteriores (fig. 3), devendo ser incluída num dos chamados tipos gregos.



Fig. 3

nossa arqueologia mineira, tão rica, especialmente na parte que toca aos Romanos. Eles foram, de facto, perfeitos conhecedores do trabalho das minas e raros são os filões dos minérios que sabiam aproveitar, como os de ouro, que não tenham sido por eles localizados e trabalhados.

Seria altamente instrutivo reunir num Museu todos os objectos e utensílios aparecidos nas explorações mineiras antigas. Não menos curioso se tornará o estudo dos processos de exploração, da maneira de tratar e aproveitar os minérios, da legislação que regulava o trabalho das minas. Especialmente para a época da dominação romana, conhecem-se hoje em Portugal elementos importantíssimos para documentar tal estudo (1).

Pôrto, Março de 1945.

CARLOS TEIXEIRA.

#### Àcerca da origem de palafitas africanas na região de Gaza (Moçambique)

Conta António Augusto Pereira Cabral, no seu livro *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique* (2), a propósito das guerras travadas entre vários régulos das regiões abrangidas pela província do sul de Save, que um dos régulos Thongas de Gaza, de nome Binguana, «nunca se submeteu completamente aos régulos zulos» e foi até o único que lhes ofereceu resistência, chegando a guerrear o próprio Gungunhana, o prestigioso chefe dos zulos, cuja derrota, perseguição e prisão, como é sobejamente conhecido, se deve à notável ousadia, invulgar coragem e valor guerreiro do nosso grande militar e colonialista Mouzinho de Albuquerque.

(1) Sob o tema «Alcuni aspetti dell'attività mineraria svolta dai Romani nel território portoghese» escrevi, a convite do Istituto di Studi Romani, uma conferência que foi lida em Roma em 1 de Maio de 1941 e que será publicada oportunamente.

(2) António Augusto Pereira Cabral — *Raças, usos e costumes dos indígenas da Província de Moçambique*. Imprensa Nacional, Lourenço-Marques, 1925. 93 págs.

Por morte de Binguana (1), sucedeu-lhe seu filho Espadanhana, que manteve a política de hostilidade ao Gungunhana.

Informa A. Pereira Cabral, em nota de fundo de página, que: «Ainda hoje existem vestígios das paliçadas e fossos que os povos avassalados do Binguana e Espadanhana construíam para resistir aos zulos. Refugiavam-se também no centro das lagoas, onde construíam palhotas em cima de estacas, por ser expressamente defeso aos zulos entrarem dentro de água. Desconheço as origens dêste singular costume, assim como o de não poderem comer peixe».

Parece-me de certo interesse esta nota.

Quantas vezes, pensando nas palafitas da pré-história europeia (2), evocamos a razão determinante da construção dessas casas neolíticas assentes sobre estacas em cima da água, a uma maior ou menor distância da terra firme.

É claro que a vida em terra apresenta muitas vantagens e grandes comodidades. Sendo assim, a construção de casas sobre água, assentes em estacaria enterrada no fundo, deve ter sido feita por imperiosas circunstâncias de defesa, que tanto podia ser contra os animais ferozes como contra outros homens inimigos, bem mais de temer do que as próprias feras.

Foi esta última razão que levou os vassallos de Binguana e Espadanhana a construírem as suas palhotas em cima de estacas, no meio das lagoas, dado o facto singular de ser «expressamente defeso aos zulos entrarem dentro de água».

Desconhecia a existência dêste tábu inibitório do contacto dos zulos com a água. Trata-se, no caso presente, dum tábu de guerra ou militar. Dado o carácter severo de ser «expressamente defeso» contactar com o meio líquido, concluo que tal facto deve ser considerado um tábu e não apenas uma simples interdição. Como é sobejamente conhecido, a transgressão desta última não

(1) Henri A. Junod, no seu magnífico livro *Mœurs et coutumes des Bantous (La vie d'une tribu sud-africaine)*, referindo-se ao mesmo régulo escreve Binguane, e o nome do filho que lhe sucedeu escreve-o Sipenenyana (pág. 275).

(2) No resumo dum trabalho do Dr. Charles Täuber (Höngg, Zurich) intitulado *Les migrations des Océaniens*, resumo que vem publicado no Vol. do XV Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia pré-histórica (2.ª sessão — Paris, Setembro de 1931), lê-se esta passagem (pág. 111): «L'introduction des palafittes (très étrange pour le climat en Europe) marque également, tel un fil conducteur, la voie des migrations de l'Océanie: Nouvelle-Guinée, Philippines, Carolines, Chine, Kamtschatka, Orinoco, Argentine, Célebès, Bornéu, Madagascar, Sambési, Congo, Dahomey, Ganges, Indus, Mésopotamie, Phasis (Argonautes), Thrace (Hérodote), Ravenna (Strabon), Venise, Terramare, Crannoges (en Irlande). Commencement du néolithique (lacustres) 5.000 ans a. Chr.»

implica uma conseqüência de grave perigo, como sucede com a não observância estricta do tábu.

A propósito da interdição do contacto com a água recorde-se o que o Prof. Mendes Corrêa, nas *Raças do Império* (1), conta a respeito da seita dos *Machiol* ou *Machol* que abrange os povos guineenses Nalís e Baga-Maduri. Êste meu Mestre e ilustre professor da Universidade do Pôrto, transcrevendo Paroisse (2), diz que os referidos povos da Guiné, onde periódicamente se realizam os festins e danças dos *Machiol*, podem, de longe a longe, tomar *Machiol* pela duração de uma lua. Durante êste período os *Machol* devem satisfazer um certo número de preceitos e cumprir determinadas obrigações. Assim é-lhes vedado o contacto da água doce. Podem lavar-se, mas só com água do mar. Ao beberem água doce devem evitar cautelosamente que nem uma só gota lhes caia sobre a pele. Conta Paroisse que enquanto estava nas ilhas Tristão uma mulher deixou cair, sem querer, uma pouca de água sobre um *Machiol*. Tanto bastou para que êste, a quem era vedado falar a mulheres, se precipitasse sobre o marido dela e o matasse com uma facada.

Quanto ao facto apontado por Pereira Cabral de ser expressamente defeso aos zulos comer peixes, suponho que se trata também dum tábu militar, embora à primeira vista pareça limitar-se a uma prescrição alimentar e portanto pertencente ao grande grupo dos tábus fisiológicos.

Que na verdade deve tratar-se dum preceito militar é o que se depreende por semelhança de conceito, depois de sabermos dois dos vários tábus a observar pelos Thongas durante o período pré-nupcial.

Henri A. Junod, no seu excelente trabalho sobre a vida duma tribo sul-africana (3), diz que o noivo em determinada festa preparatória dos esponsais, não deve comer peixes negros, uns peixes semelhantes a barbos e abundantes em certos lagos.

(1) Mendes Corrêa, *Raças do Império*, Pôrto, 1945, pág. 394. Nota curiosa, referente ao mesmo tema, é a que refere Biasutti (Renato Biasutti, *Le Razze e i Popoli della Terra*, Torino, 1941, 826 págs., 18 est., 45 cartas e 741 figs.) que na pág. 489 dêste livro ao tratar do complexo problema da moral e dos tábus diz: os índios da América do Norte quando armados para entrar em guerra não podem estacionar em cima de pedra, *molhar os pés*, seguir carreiros ou trilhos de caminho habitual, passar por cima das armas ou por cima dum companheiro nem ter contacto com mulheres.

(2) G. Paroisse, *Notes sur les peuplades autochtones de la Guinée Française (Rivières du Sud)*, L'Anthropologie, t. VII, Paris, 1896.

(3) Henri A. Junod — *Mœurs et coutumes des Bantous (La vie d'une tribu sud-africaine)*. Paris, 1936. Tôm 1, pág. 104.

E acrescenta: «Le prétendant craint d'en manger, car il a peur que celle qu'il veut épouser ne lui glisse entre les doigts comme un poisson».

Um outro tábu que Junod indica dever ser respeitado pelo noivo durante uma visita que faz à aldeia da noiva é o de não comer mel, «car le miel est comme les poissons noirs, il glisse...».

Em face destas explicações, dadas pelos indígenas a Junod quanto às razões determinantes da observância dos dois citados tábus alimentares em período pré-nupcial, é lógico concluir-se que, por um semelhante preconceito, aos zulos, povo essencialmente guerreiro, fôsse vedado comer peixe, para que os inimigos lhes não pudessem fugir com a facilidade com que os peixes se nos escapam das mãos escorregando por entre os dedos.

Instituto de Antropologia da Universidade do Pôrto  
Novembro de 1943.

J. R. DOS SANTOS JÚNIOR.

### Tabú da sogra nos Bantos da África Portuguesa

No seu importante estudo sobre *Populações indígenas de Angola* (1), Ferreira Diniz escreve a propósito da vida familiar dos Muchicongos do norte da colónia: «As relações entre o genro e a sogra, quando esta vive sob o mesmo teto, são as mais amistosas possíveis; como demonstração de respeito mútuo, evitam quanto possível encontrar-se, pouco falam e não comem juntos». Mais adiante, no capítulo referente aos Mussorongos, que habitam, como aquêles, também a norte da colónia e a sul do Zaire, estendendo-se, a oeste dos Muchicongos, até à costa atlântica, o mesmo autor diz: «As relações entre o genro e a sogra são de mútuo respeito, evitando quanto possível avistarem-se; quando têm necessidade de se falar é sempre através de uma sebe ou parede».

No livro *África Bantú—Raças e tribos de Angola* (2), Luís Figueira, ocupando-se dos Ambundos, grande agrupamento indígena que vive nas regiões centrais de Angola desde os morros costeiros de Benguela (Mundombes) às nascentes e margens do Cuanza

(1) Coimbra, 1918, págs. 82 e 320.

(2) Lisboa, 1938, págs. 125 e 126.

(Luimbes), escreve a seu turno, larga e textualmente: «Nem as mulheres, nem os homens abundos, mantêm quaisquer relações de convivência directa com os sogros! Não incorrem, portanto, no perigo das sogras!... O sogro, a sogra, o genro, a nora chama-se, indistintamente, na língua abunda, «Ondátempo». Quando se encontram se não fazem figas ou cruces, como quem receia ver o diabo, fogem, escondem-se, evitam o encontro! Deveras supersticiosos, com isto, cumprem rigorosos tal preceito! É sempre o mais novo quem se afasta, quem deixa o caminho livre até o outro passar. Não podem ver-se, nem enxergar-se; parecem inimigos figadais, irreconciliáveis, rancorosos. Todavia, falam duns e doutros com o maior respeito. Parentes, amigos, simples conhecidos, têm obrigação de prevenir quando se aproximam sem se verem, sem notar. Ao encontrarem-se casualmente debaixo do mesmo teto, o genro ou a nora, fogem logo da casa, mas o vulgar é esperar um que o outro saia. Nos estabelecimentos comerciais, isto sucede freqüentes vezes e os avisos transmitem-se à aproximação de qualquer dêles. Os filhos visitam os pais mas, quando êstes chegam a casa dos filhos casados, fazem-se anunciar antes de entrarem, de maneira a sair o genro ou a nora. Nos encontros de surpresa corre cada qual em sentido inverso, a exclamar alarmados: ondátempo... ondátempo... Segundo a tradição, não convivem por vergonha, de maneira a evitar a quebra do respeito mútuo, sobretudo devido aos sogros, genros e noras e por efeitos nigromantes, por casos de feitiçaria».

Em Moçambique, foram registados factos semelhantes. O etnógrafo e missionário Henri A. Junod, no seu notável estudo sobre os Tongas (1), menciona, em pormenor, vários aspectos das relações entre cada cônjuge e os parentes do outro cônjuge, especialmente entre o genro e a sogra. Há um grande respeito, misturado de certo temor, do primeiro por esta última, respeito que vai até à *avoidance*, palavra inglesa que significa o facto de se evitarem, e que Salomon Reinach traduziu em francês *vitance*, neologismo a que em português poderia talvez corresponder *vitância* (de *vitare*, como jactância derivou de *jactare*). Há, porém, no nosso vocabulário, como nos indicou o Sr. Dr. José Louro, *evitamento* e *evitação*, embora têrmos antigos ou pouco usados. Empregaremos de preferência *evitação*.

Eis o que conta Junod: Se um dos dois, genro ou sogra, vê o outro ao longe num caminho, escapa-se sem ser notado, dando

(1) *The Life of a South African Tribe* — 2.ª ed., London, 1927, págs. 238, 240, 248 e segs.

uma longa volta, meia milha se necessário fôr. Se já estão tão perto, quando se vêem, que não podem fugir, cada um vai para a margem do caminho à sua direita e senta-se, cruzando as pernas ou os joelhos à maneira do respectivo sexo. Saúdam-se então cerimoniosamente, batendo as palmas. E seguem o seu caminho... Entre os Zulos a *evitação* da sogra é ainda talvez mais marcada, diz Junod, que regista outras práticas análogas dum indivíduo casado em relação a outros parentes do cônjuge. Entre alguns Tongas também é defeso a um homem tomar leite (ou «comer» leite, visto que êste é tomado coagulado) com os pais da sua mulher. A interdição estende-se, nalguns casos, até «comer» o leite em qualquer aldeia onde se possa escolher mulher.

Num trabalho recente (1) o Dr. J. Gonçalves Cota escreve também que, entre os Alos de Massingire, a norte do Zambeze, é «imoral» um genro olhar para a sogra quando lhe dirige a palavra...

\*

Como para os Tongas já dissera Junod, trata-se, nos casos referidos, de *avoidance*, em português *evitação*, facto que há muito é conhecido, no que se refere às relações entre o genro e a sogra, pela designação de *tabú da sogra*. Já ao assunto nos referimos em 1934 numa conferência (2) nestes termos: «Assim, numa tribo da região de Cabinda, descreveu-se como exclusivo e caprichoso um costume que é afinal peculiar a outros povos do globo e é conhecido em Etnografia com o nome de *tabú da sogra*: ao genro e à sogra não é lícito falarem-se vendo-se um ao outro: um muro, uma vedação, os tem de ocultar mutuamente...». Com variantes, com graus diversos, sabia-se há muito que a limitação ou total abolição de convívio entre o genro e a sogra existia em numerosas populações do globo, como entre os Ameríndios (nos quais o costume já fôra registado pelos Espanhóis no século XVI), os Bantos, como os das regiões do Congo, da Uganda, do lago Niassa e do Leste Africano, e, sobretudo, os Indonésios, os Australianos e outras populações oceanianas (3).

(1) *Mitologia e direito consuetudinário em Moçambique* — Lourenço-Marques, 1944, pág. 96.

(2) *Os descobrimentos portugueses e a Etnologia*, no livro *Da Raça e do Espírito*, Pôrto, 1940, pág. 269.

(3) Lubbock, Frazer, Crawlers, S. Reinach, Mauss, etc. V., por exemplo, Sal. Reinach — *Le gendre et la belle-mère* — «L'Anthropologie», t. xxxii, Paris, 1911, pág. 649.

Frazer mencionou seis exemplos de *evitação* entre a nora e o sogro, contra 43 de *evitação* entre genro e sogra. Mas há casos de *evitação* entre cunhados, etc. O mais freqüente é, porém, o *tabú da sogra*. Os riscos e males em que incorreria quem violasse êste tabú, são variados, segundo as crenças das populações em que tal interdição se verifica: aqui há o perigo duma queda mortal, além o de queda... de dentes ou de cabelo para o culpado, noutros casos convulsões nervosas, etc., etc. Além de castigos sobrenaturais também há punições da sociedade para os violadores do tabú em questão. Em certas populações, vai-se até à pena de morte! Mas admitem-se, em muitos pontos, cerimónias expiatórias, actos de purificação. Realizadas estas práticas, tudo fica em bem, a mancha desaparece... Certas populações até punem o incesto entre os animais domésticos, como, segundo Frazer, sucede entre os negros Basoga, das nascentes do Nilo.

Várias hipóteses têm sido propostas para explicação do tabú da sogra. A mais generalizada é talvez a de Howitt, Frazer, Rivers, etc., segundo a qual se trata de impedir a aproximação entre o genro e a sogra, por ser considerada incestuosa. Reinach declara, entretanto, desproporcionados com o perigo possível os meios empregados para o evitar. A tentação seria fraca (os selvagens procurariam mulheres da sua idade e não mais velhas) e as leis gerais da exogamia bastariam para estabelecer o impedimento, que, aliás, Frazer reconhece resultar dessas leis em muitos outros casos. Fison não considera, porém, bastante êsse impedimento. Para John Lubbock, o tabú da sogra seria uma sobrevivência do ressentimento daquela para com o genro que se lhe teria apoderado mais ou menos violentamente da filha. O carácter daquele tabú é, porém, duma certa transcendência religiosa e, não comportando, como diz Reinach, «qualquer explicação racionalista ou utilitária», não traduz também hostilidade ou ressentimento, como pretendia Crawley, para o qual há uma sobrevivência laicizada da dita *evitação* na má disposição, freqüente nas sociedades civilizadas, dos homens casados para com as sogras...

Reconhecendo a existência do horror ao incesto nas populações selvagens, Reinach é de parecer que no tabú da sogra não se manifesta propriamente o receio ao incesto pelo estabelecimento de relações proibidas entre o genro e a sogra, mas pela possibilidade de, sem tabú, esta última vir a ter relações tão afectuosas com o genro que êste a considere e a designe como *mãe*, o que motivaria passar a mulher dêle à categoria de sua irmã, de irmã do marido. Assim, o tabú da sogra resultaria do receio de poder ser considerada criminosa e sacrilega a união do genro e da sua

mulher. Entre os selvagens, a aparência surge frequentemente como realidade...

Baseado precisamente nas informações de Junod na África Oriental, Mauss dá o tabú da sogra como uma manifestação ou sobrevivência da exogamia. O genro e a sogra pertencem a duas fratrias diferentes. Por motivo do casamento, a barreira entre elas não desaparecera completamente <sup>(1)</sup>.

Freud vê, naturalmente, na evitação mencionada a prova de relações «ambivalentes», compostas simultaneamente de elementos afectuosos e de elementos hostis. Apesar, porém, de tudo o que poderia contrariá-la, haveria, em seu parecer, uma certa atracção sexual recíproca entre o genro e a sogra, uma «tentação incestuosa» que motivou as proibições referidas entre os selvagens, movidos pela fobia ou terror do incesto, comum a factos da vida infantil e das nevroses <sup>(2)</sup>.

Segundo Rose e Jolly, baseados nos sistemas australianos de parentesco, a evitação considerada resultaria da necessidade, nas sociedades em que o homem pode casar com as irmãs mais novas da mulher, de evitar o incesto que se daria se uma delas fôsse filha d'ele e da sogra... Não será exagerada precaução?

De indígenas Kosas e Tongas obteve Junod informes <sup>(3)</sup> que confirmam a teoria de Howitt, Frazer, etc., de se tratar duma manifestação de horror pelas relações sexuais incestuosas entre genro e sogra. Um velho Tonga disse ao etnógrafo suíço: «Receio a minha sogra, porque nunca casarei com ela: nunca se viu tal coisa!».

\*

As referências, que reproduzimos no início desta nota, ao *tabú da sogra* na nossa África, confirmam não se tratar duma manifestação de hostilidade ou ressentimento.

Muito pelo contrário. As relações entre genro e sogra são ditas «amistosas» (Muchicongos), de «mútuo respeito» (Mussurongos), do «maior respeito» ou de «respeito mútuo» (Ambundos), etc. Luís Figueira, embora falando em figas, em cruzeiras na bôca, em ver o diabo quando se vê a sogra, e noutras coisas semelhantes que traduzem a influência da aproximação daquelas

<sup>(1)</sup> M. Mauss — *Le tabou de la belle-mère chez les Baronga* — «L'Anthropologie», t. XXV, Paris, 1914, pág. 370.

<sup>(2)</sup> Sigm. Freud — *Totem et tabou* — Paris, 1925, pág. 21 e segs.

<sup>(3)</sup> J. H. Hutton — *Avoidance of the Mother-in-law* — «Man», XLIV, London, 1944, pág. 128.

tradições com a animosidade, freqüente nos civilizados, para com as sogras, reconhece que se trata dum preceito baseado em superstições arreigadas e profundas. O receio e o alarme que causam as possibilidades dos encontros, o rigor no cumprimento das normas descritas, mostram que se pretende evitar a violação de princípios sagrados. *Parecem inimigos figadais* (o genro e a sogra), diz o citado autor, mas falam um do outro «com o maior respeito».

Este respeito não se conciliaria de modo algum com a animosidade. E Luís Figueira arquiva a versão tradicional de que eles «não convivem *por vergonha*, de maneira a evitar a quebra do respeito mútuo». Para os Alolos de Moçambique, G. Cota diz que é considerado *imoral* o genro erguer os olhos para a sogra, quando falam. Imoral? Vergonha? Sim, e mais do que isso. Tabú, sacrílego.

Seria interessante que, como Junod fêz para os Tongas, os nossos colonialistas procurassem averiguar entre as populações indígenas que adoptam o tabú da sogra, qual a explicação tradicional que essas populações dão para tão curioso preceito da vida familiar, preceito que deve ter raízes longínquas e poderosas, de carácter mágico-religioso.

A. A. MENDES CORRÊA.

### Prof. Martinez de Santa-Ollala

Esteve, por duas vezes, nos últimos tempos no nosso país o ilustre arqueólogo espanhol e comissário geral das escavações arqueológicas no país vizinho, Prof. D. Júlio Martinez de Santa-Ollala. Na sua primeira visita, de algumas semanas, em Abril de 1944, o sábio investigador percorreu vários pontos do nosso território, visitando algumas das estações mais importantes e, bem assim, as principais colecções de pré-história lusitana. Foi acolhido com justo aprêço e simpatia em vários centros de estudo, tendo sido acompanhado nas suas visitas por diversos investigadores portugueses, especialmente pelo Rev. Eugénio Jalhay.

O Prof. Santa-Ollala realizou brilhantes conferências em Lisboa, Coimbra e Pôrto, tendo a desta última cidade sido efectuada na Universidade, por iniciativa da nossa associação, em 22

de Abril, sob o tema «Os Visigodos na Península Ibérica, segundo a arqueologia».

Visitou Santa-Ollala, com particular interesse, as estações paleolíticas e eometálicas dos arredores de Lisboa, os jazigos de Muge, Conímbriga, as estações costeiras dos arredores do Pôrto, a Citânia de Briteiros, etc. Aí e nos Museus estudou atentamente alguns problemas, tendo expresso, sobre certos pontos, opiniões próprias que a sua autoridade científica reveste do maior interesse.

Era o Prof. Santa-Ollala acompanhado nessa excursão pelo seu colaborador, D. Bernardo Saez Martin com o qual, pouco tempo antes, realizara importantes investigações paleolíticas no Saará espanhol, as quais, como outras anteriores, lhe facultaram preciosos elementos para o estudo das relações e afinidades extra-peninsulares, especialmente africanas, das culturas pré-históricas do nosso território.

Alguns meses depois desta primeira visita—em Janeiro de 1945—voltou de novo o Prof. Santa-Ollala a Portugal, mas desta vez pouco demoradamente, de regresso de Dacar, onde fôra tomar parte, como delegado espanhol, na primeira reunião dos geógrafos, etnólogos e naturalistas da África Ocidental, organizada pelo Instituto Francês da África Negra.

Não tendo podido assistir a essa reunião delegados portugueses por as dificuldades de comunicações terem impedido que chegassem a tempo, o Prof. Santa-Ollala teve a nobre atitude de solicitar para o nosso país uma representação igual às das outras nações coloniais interessadas na África Ocidental, na Comissão Permanente que se constituiu para novas reuniões da série então iniciada. E as suas delicadas diligências foram coroadas de êxito.

Se faltassem outros testemunhos exuberantes da amizade do ilustre investigador espanhol por Portugal e pelos seus confrades portugueses, o que se passou em Dacar seria prova suficiente desses sentimentos do sábio arqueólogo. Os colegas com quem êle aqui se avistou e, mesmo, altas entidades oficiais do nosso país lhe manifestaram o mais cabido agradecimento pelo seu procedimento para conosco.

Na sua curta estadia em Portugal em Janeiro, Santa-Ollala examinou atentamente os espólios arqueológicos reunidos no Museu Etnológico Português do Dr. Leite de Vasconcelos e no Museu Castro Guimarães de Cascais, manifestando o maior interesse pelas recentes descobertas relativas ao nosso solutrenses, às estações funerárias da Alapraia e do Estoril, de Carenque, Senhora da Luz, etc.

No Congresso Científico Luso-Espanhol de Córdova em Outubro de 1944, Santa-Ollala e o magnífico núcleo dos seus

colaboradores e discípulos tiveram uma importante participação nos trabalhos da subsecção de Etnologia e Pré-história. As conferências e comunicações realizadas por tão brilhante escol de investigadores deram a medida da intensidade do labor que o Commissariado Geral de Escavações em Espanha está desenvolvendo. Na conferência que efectuou em 31 de Março de 1944, na nossa Sociedade, o rev. E. Jalhay fizera já uma rápida mas elucidativa resenha dêsse labor que honra a cultura espanhola e as organizações oficiais do país vizinho as quais largamente dotam e acarinham tão activas e frutuosas investigações.

M. C.